

571^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 9 de outubro de 2025, às 9h42, teve início a 571^a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (CEPPC), realizada de forma presencial na Casa dos Conselhos, localizada na Avenida Oliveira Lima, nº 813, bairro da Soledade, Recife/PE. Presentes à reunião ordinária, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Ana de Fátima Braga Barbosa, Augusto Ferrer de Castro Melo, Cláudio Brandão de Oliveira, Elinildo Marinho de Lima, Francisco Sidney Rocha de Oliveira, Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho, Luiz Otávio de Melo Cavalcante, Maria Betânia Corrêa de Araújo, Maria Cláudia Dubeux de Paula Figueiredo Batista, Maria Elizabeth Santiago de Oliveira.** Conselheiros (as) Suplentes: **Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza, Edmilson Cordeiro dos Santos, Henrique Luiz de Lucena Moura, Mons. José Albérico Bezerra de Almeida.**

PAUTAS: 01 - Funcultura - Apresentação e validação das sugestões do CEPPC em colegiado; 02 - Apresentação dos relatórios técnicos e escolha dos (as) relatores (as) para os Processos de Tombamento do Centro Histórico Urbano de Tacaratu e Santuário de N. Sra. da Saúde/ Tacaratu - conselheira Cristiane Feitosa. A presidente **Ana Barbosa** saudou os conselheiros e declarou aberta a reunião de número 571, realizada no dia 9 de outubro, às 9h42. Informou que as pautas do dia seriam, primeiramente, o Funcultura, com a apresentação e validação das sugestões do Conselho em colegiado. Explicou que o edital foi compartilhado por e-mail e que a Casa dos Conselhos recebeu as sugestões dos conselheiros **Karl Marx e Elinildo**. Mencionou que o conselheiro **Elinildo** estava presente e faria a apresentação de suas sugestões, que seriam posteriormente colocadas em votação e validadas, assim como as de **Karl Marx**, que constavam no e-mail e seriam exibidas na tela. Também detalhou que seria feita a leitura, comparação e validação das sugestões, e propôs objetividade nos comentários, para que fosse possível avançar para o segundo item da pauta, referente à apresentação dos dois relatórios técnicos dos processos de tombamento do Centro Histórico e Urbano de Tacaratu e do Santuário de Nossa Senhora da Saúde, também em Tacaratu. Comentou que, conforme manifestação no grupo, houve grande interesse de conselheiros em assumir a relatoria desses processos. Enfatizou a importância de definir as equipes responsáveis e as datas de apresentação dos votos. Em seguida, convidou o conselheiro **Elinildo** a iniciar a defesa de suas sugestões.

1 - Funcultura – Apresentação e validação das sugestões do CEPPC em colegiado.

O conselheiro **Elinildo Marinho** cumprimentou os presentes e explicou que suas propostas tinham como objetivo contribuir para o aprimoramento do edital Funcultura Patrimônio Cultural 2025-2026, reforçando o caráter robusto e a referência nacional do programa. Destacou que sua análise foi baseada na documentação enviada, incluindo o edital e a resolução, e que suas sugestões visavam fortalecer as políticas voltadas à museologia, arqueologia, história e pontos de memória, áreas que representa no Conselho. **Elinildo Marinho** apresentou um documento com propostas de revisão e ampliação das linhas de fomento do edital, buscando corrigir defasagens orçamentárias, atualizar

571ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

parâmetros técnicos e criar linhas que representassem a diversidade cultural de Pernambuco. Ressaltou a necessidade de reajustar os valores das linhas existentes, considerando a inflação e os custos culturais do mercado, propondo um aumento de 25% nos tetos financeiros e revisão anual com base no IPCA, acrescido de 5%. Defendeu a criação de novas linhas específicas para museus comunitários, pontos de cultura e de memória, patrimônios vivos e ações voltadas à acessibilidade cultural, bem como projetos que valorizassem as culturas afro-brasileiras, afro-indígenas, juremeiras e quilombolas. Em seguida, detalhou cada uma das quatorze propostas apresentadas:

1. Criação e sustentabilidade de museus comunitários e sociais, com foco em identidade, cidadania cultural e acessibilidade;
2. Inventário de acervos museológicos e participativos, alinhado às metodologias do Ibram e Iphan;
3. Projetos expográficos e museográficos, voltados à qualificação técnica e acessibilidade em exposições;
4. Formação profissional e educação museal, para suprir lacunas na capacitação de profissionais da área;
5. Educação patrimonial e museal em territórios, especialmente em comunidades indígenas e quilombolas;
6. Programas audiovisuais e digitais para museus comunitários e pontos de memória, visando ampliar a visibilidade das memórias e acervos;
7. Fomento de sedes e acervos dos patrimônios vivos de Pernambuco, assegurando a preservação e transmissão de saberes;
8. Acessibilidade cultural e museológica voltada ao público PCD, garantindo inclusão física, sensorial e comunicacional nos espaços de memória;
9. Salvaguarda de bens e espaços de matriz africana, afro-indígena e comunidades tradicionais, promovendo a preservação e valorização dessas práticas culturais;
10. Fomento à sustentabilidade dos pontos de cultura, patrimônios vivos e pontos de memória, para fortalecer a gestão comunitária e institucional;
11. Elaboração de planos de salvaguarda de bens culturais registrados, ampliando o apoio técnico e financeiro às ações de registro e continuidade;
12. Criação e estruturação de sedes e espaços de memória dos patrimônios vivos, como centros de referência e casas de memória;
13. Patrimônio cultural de matriz africana e afro-indígena: saberes, territórios e resistências, com foco em formação, difusão e enfrentamento ao racismo religioso;
14. Documentação, arquivos e acervos dos bens culturais registrados, para digitalização, preservação e difusão de acervos documentais e audiovisuais.

571ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

O conselheiro destacou que as propostas visavam atualizar e fortalecer o Funcultura, tornando-o mais representativo, inclusivo e alinhado às demandas sociais e culturais contemporâneas. Ressaltou que a correção orçamentária e a ampliação das linhas de fomento garantiriam a valorização dos profissionais e a execução efetiva dos projetos. Finalizou afirmando que as proposições estavam em conformidade com o Plano Estadual de Cultura, a Convenção da Unesco de 2003 e a Política Nacional de Museus, e que reforçavam o papel do Conselho como instrumento essencial de preservação, educação e inclusão no campo do patrimônio cultural. **Harlan Gadêlha** parabenizou o conselheiro **Elinildo** pela cautela e responsabilidade no exercício do mandato, destacando que representa os segmentos de centros de documentação e memória, arquivos, bibliotecas e museus. Propôs uma emenda aditiva à sugestão apresentada, incluindo, além dos museus, os centros de documentação e memória, arquivos e bibliotecas, ressaltando que muitos institutos históricos municipais não possuem museus, mas contam com esses espaços. Questionou tecnicamente a Secult e a Fundarpe sobre o edital Funcultura 2026: se os valores financeiros já estavam definidos na proposta orçamentária para 2026 e se o Conselho teria competência para alterá-los ou apenas modificar a redação. **Elinildo Marinho** propôs, a partir das falas de Betânia e Sidney, a criação de um grupo de trabalho temporário, ou o aproveitamento de algum GT já existente, para que os três pudessem elaborar uma proposta de tombamento ou registro das bibliotecas mencionadas, inserindo-as na pauta patrimonial do conselho. Colocou-se à disposição para redigir o texto inicial e sugeriu que o grupo se reunisse para estruturar a proposta. **Elizabeth Santiago** (Mãe Beth) sugeriu incluir no debate a questão da comunicação das rádios comunitárias voltadas à cultura, que ainda não possuem nenhuma linha específica. **Elinildo Marinho** respondeu que deixou alguns pontos em aberto justamente para permitir contribuições dos demais conselheiros. Considerou pertinente a inclusão das bibliotecas, especialmente as comunitárias, e ressaltou a importância de direcionar o Funcultura para espaços comunitários onde os recursos, muitas vezes, não chegam. Explicou que sua proposta de valores era apenas uma sinalização para futuras discussões, destacando que o Conselho deveria participar das escutas públicas realizadas anualmente pelo Funcultura, visando contribuir para ajustes futuros. **Ana Barbosa** esclareceu que o edital analisado era o de 2025 e que o de 2026 ainda estava em construção, na fase de coleta de ideias e sugestões. **Luiz Otávio** elogiou a lembrança de **Harlan** sobre as bibliotecas, destacando sua relevância. Esclareceu que alterações orçamentárias só poderiam ocorrer por meio de ação parlamentar, mas reforçou que as discussões do Conselho serviriam de subsídio para o planejamento da Secretaria de Cultura em 2026. **Harlan Gadêlha** reiterou a necessidade de saber os valores previstos para o Funcultura em 2026, a fim de possibilitar sugestões de remanejamento sem aumento orçamentário, reforçando a importância de o Conselho ter acesso a esses dados. **Elinildo Marinho** complementou que os valores apresentados em sua proposta eram apenas referenciais,

571^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

baseados em custos estimados para projetos específicos, sem intenção de alterar o orçamento geral. **Elizabeth Santiago** (Mãe Beth) parabenizou Elinildo pelas propostas e reforçou a importância de incluir os pontos e pontões de cultura, salientando o papel dos museus e bibliotecas comunitárias de matriz africana. Informou que o encontro TEIA, em novembro, reunirá esses segmentos e que será criada uma comissão estadual para dialogar sobre políticas públicas. Criticou a falta de visibilidade e o baixo apoio financeiro aos patrimônios vivos, enfatizando que é preciso garantir condições dignas para sua preservação e valorização. Encerrou destacando que o Conselho deveria continuar apresentando propostas concretas para fortalecer esses segmentos culturais. **Betânia Corrêa** parabenizou Elinildo e lembrou duas bibliotecas, ressaltando que trabalhou 20 anos no município e que, quando foi criado o COMPАЗ, as bibliotecas de Afogados e Casa Amarela foram completamente esquecidas. Explicou que se tratava de um projeto da década de 1940, considerado fantástico e popular, com mobiliário desenhado e uma biblioteca circulante. Sugeriu que o Conselho pensasse no tombamento dessas duas bibliotecas comunitárias, criadas em um período importante para a cidade, quando surgiram diversos equipamentos culturais. Afirmou que, em sua opinião, o COMPАЗ foi criado de forma equivocada, inspirado no modelo de Medellín, e que a parte cultural foi entregue à Secretaria de Segurança Cidadã, deixando a Secretaria de Cultura do município em segundo plano, o que resultou no abandono das bibliotecas de Afogados e Casa Amarela. **Sidney Rocha** cumprimentou os presentes e afirmou sentir-se à vontade para falar sobre bibliotecas, pois sua militância cultural sempre passou por esses espaços. Esclareceu a diferença entre biblioteca pública, popular e comunitária, ressaltando que há distinções técnicas e de investimento. Concordou com Betânia sobre a importância das bibliotecas populares, destacando que as de Afogados e Casa Amarela, criadas na década de 1940, foram requalificadas nos anos 1990. Relatou que tem visitado diversas bibliotecas comunitárias no Recife, pelo menos vinte nos últimos dois meses, e agradeceu a lembrança de Betânia, reconhecendo o valor simbólico e prático de suas colocações. Contou o caso da Biblioteca do Alto José Bonifácio, coordenada por um professor de educação física chamado Fábio, que trabalha como vigia à noite para manter o aluguel do espaço, demonstrando grande dedicação à causa. Informou que essa biblioteca perdeu um incentivo do Banco Itaú e que está em campanha para conseguir uma nova sede, agradecendo novamente pela lembrança e ressaltando que ações como essa representam verdadeiros gestos de cidadania. **Harlan Gadêlha** concordou com Betânia e sugeriu que ela fosse relatora do processo de Tacaratu junto com Márcio Campos. Ressaltou que o foco da análise não deve se restringir ao aspecto físico dos bens, mas também considerar a memória histórica presente nas construções e no processo de ocupação de Tacaratu. Lembrou que, segundo a legislação estadual, o perímetro em questão já é considerado tombado desde 2019, e questionou quantas descaracterizações ocorreram desde então. Defendeu que o conselho priorize a atualização da legislação de preservação e

571ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

tombamento de Pernambuco, considerando essa medida uma contribuição fundamental para o estado. **Ana Barbosa** afirmou que o objetivo da reunião era analisar a síntese dos dois relatórios técnicos encaminhados ao conselho, para definir os relatores e os prazos de entrega. Explicou que o momento era destinado a tirar dúvidas e apresentar opiniões, ressaltando que algumas delas poderiam constar como recomendações nos relatórios, a serem consideradas pelo município ou pelas instâncias competentes. Acrescentou que o assunto não seria esgotado naquela data, pois a intenção era apenas conhecer os temas e estabelecer os prazos, que poderiam ser de 60, 90 ou 120 dias, conforme a decisão dos conselheiros. Pontuou que a análise da legislação, realizada no mandato anterior, assim como a do regimento interno, seria retomada conforme deliberação anterior do conselho. Informou que o regimento interno estava em fase final de revisão e que, em cerca de dois encontros, o grupo já passaria à discussão da lei. Destacou a importância de concluir essa etapa ainda naquele ano, por se tratar de um ano pré-eleitoral, para que as propostas pudessem ser encaminhadas ao legislativo, executivo e à Casa Civil. Alertou que, caso isso não ocorresse, o tema poderia voltar à estaca zero no próximo mandato, como acontecera anteriormente. Reforçou a necessidade de manter o foco e não transformar o trabalho das relatorias em estudos excessivamente extenso, já que os prazos seriam limitados. Assim, propôs a definição dos relatores para Tacaratu (dois processos), ficando estabelecidos Betânia Corrêa, Márcio Campos e Harlan Gadêlha como responsáveis. **Ana Barbosa** informou que o objetivo da reunião era abrir o debate, sem necessidade de conclusão imediata. Explicou que o tema poderia ser retomado na reunião do dia 16 ou, se necessário, em uma reunião intermediária, e sugeriu convidar representantes do Funcultura para o próximo encontro, quando o assunto já estivesse mais amadurecido. Destacou que o edital estava disponível por e-mail e que as sugestões apresentadas, incluindo as de **Elinildo**, seriam compiladas e ajustadas até a próxima reunião. Comunicou que, na segunda-feira, dia 13, às 14h30, ocorreria uma escuta virtual do Funcultura voltada à sociedade civil, convidando todos a participarem. Em seguida, realizou a leitura do documento enviado pelo conselheiro **Karl Marx** (anexo). Ao final da leitura, **Ana Barbosa** informou que o e-mail do conselheiro **Karl Marx** seria colocado em formato PDF no grupo, juntamente com o de **Elinildo**, para que todos tivessem acesso, pudessem opinar e participar do debate na segunda-feira. Explicou que a consolidação das contribuições ocorreria na quinta-feira, com a presença do Funcultura e de Clarice. Convidou a conselheira Cristiane para apresentar o segundo item, referente aos dois relatórios técnicos de Tacaratu. Informou ainda que seriam definidos os relatores, os prazos para apresentação no colegiado e, em seguida, seriam analisadas as pautas futuras. **Cristiane Feitosa** informou que havia solicitado a pauta para apresentar dois processos de tombamento oriundos de análises técnicas concluídas pela Fundarpe, referentes ao núcleo histórico de Tacaratu e ao Santuário de Nossa Senhora da Saúde. Explicou que ambos os processos tiveram como proponente a organização Prosa – Projetos para o

571ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Semiárido, e que, por decisão anterior do Conselho, foram desmembrados devido às especificidades de cada bem. Relatou que o centro histórico de Tacaratu, inventariado desde a década de 1980, apresenta alto grau de descaracterização, intensificado nos últimos anos por intervenções irregulares e pela dificuldade de diálogo com a comunidade durante o período da pandemia. Destacou que, apesar da importância histórica do núcleo, as transformações ocorridas inviabilizam sua preservação como conjunto arquitetônico. Apontou que o Santuário de Nossa Senhora da Saúde, inserido nesse contexto, mantém forte vínculo cultural e simbólico com a comunidade, abrigando manifestações religiosas e populares, como romarias e festas ligadas ao sincretismo com povos indígenas. Diante disso, informou que o parecer técnico da Fundarpe foi desfavorável ao tombamento do núcleo histórico, mas favorável ao tombamento do santuário e de seu entorno, considerado vetor de preservação material e imaterial da cidade. Apresentou o polígono proposto para delimitação da área de proteção, abrangendo o santuário e parte do entorno imediato, de modo a preservar a ambiência, as visadas preferenciais e o gabarito das edificações. Esclareceu que a proposta visa conciliar a proteção do patrimônio com as condições reais do território e que o tombamento, enquanto instrumento autônomo, deverá ser posteriormente incorporado ao plano diretor municipal. **Edmilson Cordeiro** comentou que desconhecia os critérios utilizados e exemplificou com o caso de Olinda, onde o polígono tombado do Iphan abrange áreas em que, mesmo havendo limite de gabarito definido pelo plano diretor, construções irregulares têm comprometido as visadas do sítio histórico. Alertou que esse tipo de descumprimento ameaça o patrimônio e que a situação em Olinda serve de exemplo do risco que se corre quando não há fiscalização adequada. **Cristiane Feitosa** respondeu que a questão mencionada se tratava de descumprimento legal e reforçou a importância de definir os relatores dos processos apresentados. Disse que seu voto seria na conselheira **Betânia Corrêa** afirmou que o tema foi bastante complexo e digno de um estudo de pós-doutorado, pois envolve uma legislação antiga e discussões que remontam à década de 1980 sobre o conceito de excepcionalidade do patrimônio histórico. Comparou o caso ao modelo adotado em Vancouver, onde há proteção da paisagem com base em visadas específicas e controle de construções. Ressaltou que o maior desafio é o tempo, pois a demora nos processos e na educação patrimonial pode resultar na destruição da ambiência e da memória dos lugares, como observou em experiências pelo interior do estado. **Cristiane Feitosa** destacou que o exemplo de Vancouver evidenciava a importância da educação e do engajamento social na preservação. Explicou que, no caso de Tacaratu, o Conselho estava tratando de uma etapa de identificação e reconhecimento do valor cultural, e que o parecer técnico já apresentava os estudos necessários. Afirmou que o papel das relatorias é trazer contribuições voltadas à gestão e preservação dos bens no tempo contemporâneo, conciliando permanências e perdas como parte do processo patrimonial. **Betânia Corrêa** acrescentou que sua maior preocupação era com a dimensão do território brasileiro,

571ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

citando regiões como a Amazônia, onde há áreas ainda pouco exploradas. Observou que o país ainda guarda muitos mistérios e desafios quanto à ocupação e à preservação desses lugares. **Harlan Gadêlha** observou que, independentemente de eventuais atrasos ou divergências na legislação estadual, o que deve prevalecer é o que a Constituição Federal determina, sendo este o princípio norteador do tombamento. **Ana Barbosa** concordou e definiu o prazo final para entrega dos relatórios em 8 de janeiro. Informou que os documentos seriam compartilhados no grupo para que todos pudessem analisar, comentar e encaminhar contribuições aos relatores. Encerrando o segundo item da pauta, anunciou o início dos informes e concedeu a palavra ao conselheiro Sidney, responsável por apresentar a proposta da marca e da identidade visual dos 10 anos. **INFORMES:** Sidney **Rocha** informou que a queixa sobre danos ao fundo da Casa de Detenção, trazida pelo Arquivo Público, foi prontamente verificada por Cristiane e pela Fundarpe, que realizaram a fiscalização e mensuraram os dados, estando para entregar um relatório ao Conselho assim que concluído. Apresentou, em seguida, a proposta de logomarca comemorativa dos 10 anos do Conselho, desenvolvida com enfoque em design editorial e gráfico. Explicou que se trata de uma marca efêmera, destinada a "descaracterizar" o Conselho, evitando a formalidade excessiva de marcas institucionais históricas. Destacou que a marca possui duas aplicações — horizontal e vertical — e utiliza tipologia moderna, com maior destaque para as palavras "Conselho" e "do Patrimônio", reforçando a identificação popular do Conselho. Detalhou que a marca segue técnicas de construção, proporção e geometria, garantindo equilíbrio visual e representatividade, incluindo diversidade e cultura viva. Observou que a marca é contemporânea, limpa, de fácil aplicação em mídias digitais e impressas, animável e acessível para pessoas com baixa visão. Esclareceu ainda que o padrão cromático e tipográfico segue normas técnicas e de acessibilidade, sendo necessário para envio a outras instituições, como a Assembleia Legislativa, mantendo a hierarquia e proporção corretas no uso em conjunto com outras marcas. Finalizou agradecendo a colaboração do GT de Comunicação na construção da logomarca e enfatizou que o material seria disponibilizado no grupo para consulta. **Elinildo Marinho** declarou estar emocionado com a identidade visual dos 10 anos do Conselho, ressaltando a importância do seminário e a representatividade da marca para corpos diversos, como negros e LGBT, e a valorização da cultura de matriz africana. Destacou que a marca demonstra movimento e vida cultural, representando a diversidade e o compromisso do Conselho com todas as pautas de inclusão. **Cláudio Brandão** parabenizou Elinildo e afirmou que sua presença engrandece o debate no Conselho, enaltecendo também a relação da identidade visual com elementos da cultura popular, como o maracatu de baque solto e o caboclo de lança. **Betânia Corrêa** parabenizou Sidney e reforçou a importância da aplicação prática da marca, sugerindo que todos os documentos, buttons e materiais do Conselho sejam produzidos com a nova identidade visual, de forma a garantir visibilidade e reconhecimento. **Ana Barbosa** propôs que a

571^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

marca fosse utilizada em e-mails, documentos, ofícios e materiais relacionados à celebração dos 10 anos durante a gestão atual, e que, após um ano de uso, fosse adaptada para uma marca perene do Conselho. **Elizabeth Santiago** endossou o conjunto de falas, elogiou a marca e sugeriu que ela fosse exibida de forma permanente no Conselho, em banners ou outros suportes visuais, reforçando o sentimento de pertencimento. Informou também sobre o programa de rádio "Mulheres que Cantam", coordenado por ela, que será transmitido às quintas-feiras, a partir das 14h, na Rádio Frei Caneca. **Elinildo Marinho** sugeriu a produção de uma matéria sobre o lançamento da identidade visual e o aniversário de 10 anos do Conselho. **Sidney Rocha** complementou, informando a aprovação de um edital para o programa de rádio "Fala Biblioteca", com 12 episódios sobre bibliotecas comunitárias, que será transmitido na Rádio Frei Caneca. **Harlan Gadêlha** apresentou três propostas: primeiro, a votação de uma recomendação para que Pernambuco implante o ICMS Cultural nos moldes do modelo de Minas Gerais; segundo a realização de reuniões mensais do Conselho fora da sede, em patrimônios e áreas de interesse; terceiro, a participação do Conselho na audiência híbrida do dia 15 de outubro, no Parque Armando Holanda, e na visita à área do convite de Mardônio, além da audiência pública do dia 19 de novembro com o Ministério Público. **Ana Barbosa** ponderou que as propostas poderiam ser votadas na próxima reunião, evitando aprovar sem discussão. **Augusto Ferrer** sugeriu que Harlan apresentasse uma minuta por escrito das propostas. **Edmilson Cordeiro** concordou, mas ressaltou a necessidade de planejar a frequência das reuniões externas. **Henrique Lucena** declarou que se abstiria de votar por considerar as propostas boas, mas sem perceber o custo-benefício. Recordou reuniões anteriores nas quais se discutiu que a realização de encontros no interior envolve custos, benefícios e programação, não sendo apenas uma decisão de vontade, mas algo que requer organização. Em relação à proposta do ICMS Cultural, afirmou concordar com a presidente, de que não poderia ser algo imediato, devendo ser planejado para alcançar um objetivo concreto. Concluiu reiterando sua abstenção. **Cacau de Paula** também declarou abstenção de voto. **Elinildo Marinho** falou das propostas sobre o ICMS e da itinerância das reuniões do Conselho. Explicou que há muito tempo vem defendendo, junto com **Harlan Gadêlha**, que o Conselho, sendo estadual, não deveria permanecer restrito ao Recife, pois isso o faz parecer um Conselho municipal. Ressaltou que muitos conselheiros desconhecem bens tombados próximos, como o Parque Armando de Holanda, e que o estado possui doze macrorregiões com patrimônios pouco conhecidos pelos membros. Destacou que o Conselho delibera sobre lugares que muitos nunca visitaram e que é essencial conhecer as realidades locais para deliberar com propriedade. Afirmou que há uma demanda para o Conselho ser mais conhecido pela sociedade e para que os conselheiros conheçam o patrimônio cultural do estado, destacando as dificuldades impostas pela gestão pública para viabilizar deslocamentos. Concluiu dizendo que o deslocamento deve ser operacionalizado pela Secult e Fundarpe e que se colocava à

571ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

disposição para colaborar na elaboração de um calendário itinerante. **Ana Barbosa** sugeriu uma proposta prática, indicando que fosse definida uma reunião por mês, sendo uma na região metropolitana e outra em local mais distante, para equilibrar deslocamentos e planejar melhor as agendas. Propôs que essa programação fosse aprovada e encaminhada à Secult, considerando as limitações orçamentárias e logísticas. **Elinildo Marinho** se dispôs a elaborar um desenho de calendário e a redigir, junto com **Harlan Gadêlha**, um texto referente à proposta do ICMS Cultural, concordando com as ponderações de Cacau e Henrique. **Edmilson Cordeiro** sugeriu que o calendário considerasse datas simbólicas e locais representativos, de modo que as reuniões coincidissesem com eventos culturais ou históricos relevantes, com participação da população local. **Harlan Gadêlha** citou a Lei nº 13.803, de 2009, de Minas Gerais, conhecida como “Lei Rouanet Mineira”, destacando que o estado é referência nacional na preservação do patrimônio e que essa legislação poderia servir de exemplo para Pernambuco. **Ana Barbosa** propôs que, em vez de se emitir uma resolução genérica sobre o ICMS Cultural, fosse elaborado um texto referenciando o êxito do modelo mineiro e ressaltando que Pernambuco, como estado pioneiro em políticas culturais, poderia se inspirar nessa experiência. Definiu que o texto seria elaborado e submetido à leitura e validação do Conselho. **Harlan Gadêlha** informou sobre a reunião do Conselho Gestor do Parque Armando de Holanda, marcada para o dia 15, às 9 horas, de forma híbrida. Propôs que o Conselho se reunisse presencialmente na Casa dos Conselhos para participar coletivamente da transmissão. **Ana Barbosa** confirmou que a reunião ocorreria no prédio administrativo de Suape e que a Casa dos Conselhos estaria disponível para uso. A proposta foi aprovada, ficando definido que os conselheiros poderiam participar presencialmente ou virtualmente. Esclareceu que a finalidade da participação seria compreender as discussões do Conselho Gestor e fortalecer a articulação institucional. Também informou sobre a audiência com o Ministério Público, marcada para 19 de novembro, no Cabo, com possibilidade de participação presencial ou online. **Betânia Corrêa** sugeriu que, após a reunião do dia 15, fosse convidado um representante da Fundarpe para comparecer ao Conselho e relatar os desdobramentos. **Ana Barbosa** complementou que confirmaria com a Fundarpe quem representaria a instituição na reunião e informou que o dia 16 manteria a pauta do Funcultura, com a presença de **Clarice**, para concluir as sugestões pendentes. Relatou ainda que, no dia anterior, ocorreu reunião na Alepe com a presença dos conselheiros **Sidney**, **Cláudio**, **Albérico**, **Elinildo** e dela própria, junto à assessora **Ana Dácia**. Explicou que ela propôs a realização de dois “Diálogos Culturais”, nos dias 13 e 27 de novembro, no auditório da Alepe, com o objetivo de discutir o papel do Conselho e esclarecer conceitos sobre patrimônio cultural e legislação. Sugeriu que as reuniões do Conselho fossem realizadas de manhã na Alepe, seguidas das atividades dos diálogos à tarde, para otimizar o deslocamento. Por fim, informou que foram enviados convites às Secretarias de Educação e de Defesa Social para

571^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

participação na reunião de 24 de outubro, confirmada para o Museu do Estado, às 9 horas. Encerrou agradecendo a presença de todos e desejando boa semana. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Eu, **Ana Rita Campos**, lavrei a presente ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

Ana Rita Campos da Silveira
Ana Rita Campos (Servidora)

Ana de Fátima Braga Barbosa (Presidente)

Agulha Fm
Augusto Ferrer de Castro Melo

Cláudio Brandão de Oliveira

Elinildo Marinho de Lima

ESR
Francisco Sidney Rocha de Oliveira

Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho

Luiz Otávio de Melo Cavalcante

Maria Betânia Corrêa de Araújo

Maria Cláudia Dubeux de Paula Figueiredo Batista

Maria Elizabeth Santiago de Oliveira



571ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza

Edmilson Cordeiro dos Santos

Henrique Luiz de Lucena Souza
Henrique Luiz de Lucena Souza

Mons. José Albérico Bezerra